



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0012609-15.2013.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Compra e Venda**
Requerente: **Everton Jose Finato**
Requerido: **Lenovo Tecnologia Brasil Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido um "notebook" fabricado pela réu, o qual no prazo de garantia apresentou vício não sanado em trinta dias.

Almeja à condenação da ré à devolução do preço pago pelo produto, bem como de importância a título de lucros cessantes.

Os documentos apresentados pelo autor respaldam suas alegações e, o que é mais relevante, a ré não refutou os fatos trazidos à colação.

Limitou-se a esclarecer que está empenhada em regularizar a situação em apreço, inclusive com a restituição do valor pago pelo aparelho.

É o que basta para que no particular seja acolhida a pretensão deduzida, aplicando-se à espécie a regra do art. 18, § 1º, inc. II, do CDC.

Vale registrar que em momento algum o autor propugnou pelo recebimento de indenização para reparação de danos morais, motivo pelo qual as considerações a propósito tecidas pela ré não demandam apreciação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Já os lucros cessantes postulados a fl. 02 não vingam à míngua de um indício sequer que lhes conferisse verossimilhança.

O autor não fez prova nesse sentido, cumprindo notar que a fl. 10 ele externou o desinteresse no aprofundamento da dilação probatória.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 1.709,00, acrescida de correção monetária, a partir de agosto de 2012 (época da compra), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Implementado o pagamento, deverá a ré diligenciar a retomada do produto que se encontra na posse do autor no prazo de dez dias; se não o fizer nesse período, poderá o autor dar a destinação ao bem que melhor lhe aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 21 de outubro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA